



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”
Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.
Sub-eixo: Ênfase em Trabalho profissional.

**CRISE ESTRUTURAL E OS DESAFIOS PARA A ATUAÇÃO DO
ASSISTENTE SOCIAL NO BRASIL**

Carla Janaina dos Santos¹
Mariangel Sanchez Alvarado²
Raquel dos Santos³

Resumo: Este artigo propõe analisar a atuação do Assistente Social no contexto de crise estrutural do capital. Evidenciamos, à luz do método crítico de Karl Marx, que a crise vem intensificando a precarização da atuação profissional, pois contribui para um maior resgate de práticas conservadoras. Por isto, é um grande desafio aos profissionais intervir conforme as diretrizes do seu projeto profissional.

Palavras-chave: Crise estrutural; Capital; Prática do Serviço Social.

Abstract: This article proposes to analyze the performance of the Social Worker in the context of the structural crisis of capital. We show, in the light of Karl Marx's critical method, that the crisis has intensified the precariousness of professional activity, since it contributes to a greater rescue of conservative practices. Therefore, it is a great challenge for professionals to intervene according to the guidelines of their professional project.

Keywords: Structural crisis; Capital; Social Work Practice.

Introdução

O interesse em abordar este tema partiu das discussões mantidas sobre a crise do capital e os consequentes efeitos sobre as práticas dos profissionais no âmbito do serviço social⁴, procurando o presente artigo atualizar este debate dentro do contexto presente. A pertinência deste trabalho se relaciona, deste modo, com a atualidade porque, justamente, observamos o avanço de práticas consideradas do passado, a exemplo do assistencialismo, de práticas fragmentadas, conservadoras e até preconceituosas com o público-alvo da assistência social.

Sabe-se que as práticas conservadoras dos Assistentes Sociais, na verdade, nunca foram deixadas de lado. Essas orientam muitos profissionais

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal de Alagoas. E-mail:<carlajanainads@gmail.com>.

² Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal de Alagoas. E-mail:<carlajanainads@gmail.com>.

³ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal de Alagoas. E-mail:<carlajanainads@gmail.com>.

⁴ Ver Silva (2015).

em seus espaços sócio-ocupacionais e evidenciam que ter um projeto profissional hegemônico não significa que ele seja homogêneo e hegemônico para sempre.

É lamentável dizer que as práticas conservadoras não são apenas do passado, mas do passado, do presente e talvez do futuro, caso a luta pela verdadeira igualdade e liberdade não se efetive no concreto.

Precisamos, por isso, abordar as causas de estarmos a vivenciar esse retrocesso. Ao invés do avanço na luta por uma sociedade humanamente emancipada, a conjuntura em que estamos inseridos nos coloca numa posição cada vez mais de resistência e luta pelos direitos conquistados.

Por tudo isso, analisar a atuação do Assistente Social na conjuntura atual é um desafio e necessita de uma análise mais aprofundada sobre o tema, pois o Assistente Social é o profissional que atua diretamente com as mazelas geradas por esse sistema que desumaniza. Sabe-se que a profissão tem a sua origem, segundo Netto (2011), ligada ao capitalismo dos monopólios, pois, somente nesse momento, surgiu a necessidade de um profissional para atuar na reprodução da força de trabalho ocupada e excedente.

Então, é um desafio atuar de uma maneira que atendamos à reprodução desta força de trabalho, porém no sentido de contribuir mais aos interesses dos trabalhadores do que ao capital. Diante disso, ficam os desafios de como não ser fatalista, nem messiânico, como não atuar de forma fragmentada, seletiva e como atuar de uma forma propositiva diante das exigências aligeiradas que o sistema impõe.

Por tanto, este trabalho divide-se em três partes. Na primeira parte, discutiremos a crise estrutural como a mesma vem afetando todas as relações sociais de forma intensa. Na segunda parte, trataremos como se configura a atuação do Assistente Social e, no último capítulo, abordaremos como a referida crise vem dificultando a atuação do Assistente Social, precarizando tanto o trabalho profissional como as políticas sociais ofertadas ao público que é atendido pelos assistentes sociais. Por fim, há as considerações finais mostrando que há limites e possibilidades na prática profissional, mas que é possível que a atuação do Assistente Social seja trilhada no campo das possibilidades.

1. A crise estrutural do capital

Antes de explicitar o que é a crise estrutural do capital, é preciso expor o que é o capital. De maneira muito resumida, segundo Marx (1975), o capital é uma relação social mediada pela produção do valor de troca e assente no trabalho explorado para a produção de mais-valia. Mézaros (2002) afirma que essa relação não é tão simples e que ela existiu antes da sociedade capitalista, porém não estava generalizada, pois ainda não configurava uma totalidade social. O mesmo enfatiza que é possível haver capital numa sociedade pós-capitalista se não forem extintas as bases que o determinam, pois o capital cria seus próprios pressupostos. Nas palavras do mesmo:

O Capital deve ser superado na totalidade de suas relações, caso contrário o seu modo de reprodução sociometabólica, que a tudo domina, não poderá ser deslocado mesmo em relação a assuntos de relativamente menor importância. Isto porque o capital não é uma simples relação, mas um *processo*, em cujos vários momentos sempre é capital (MÉSZAROS, 2002, p. 711).

Neste sentido, não há como controlar o capital, mas há como destruí-lo, se for destruída a base material que o sustenta. Ele é mais que uma simples relação social e se autovaloriza para a obtenção do lucro e acumulação cada vez maior de riqueza. Atende às necessidades do lucro e desatende às necessidades humanas. Para Paniago (2010, p. 113):

[...] o capital é valor que se autovaloriza, fruto de uma relação social baseada na exploração do trabalho pelos proprietários dos meios de produção – os capitalistas, em que o elemento propulsor de seu crescimento é a busca incessante e crescente de acumulação do valor, e a afirmação das condições de sua dominação através do controle absoluto sobre a extração do trabalho excedente do operário.

Desta forma, esta busca pela autovalorização e acumulação de riquezas acontece através do ciclo econômico do capital (produção, consumo e circulação/distribuição/realização), que se realiza pela produção de mercadorias e pela compra das mesmas. O objetivo esperado é que essa mercadoria, que tem trabalho excedente contido nela, seja vendida no mercado para finalizar o ciclo do capital (PANIAGO, 2010).

Porém, nem sempre esse ciclo fecha como o esperado; algumas vezes, as mercadorias não são compradas e acontecem as crises de superprodução.

Inicialmente, essas crises eram cíclicas e o período da recessão como afirmam Netto e Braz (2006), era passageiro.

No entanto, desde a década de 1970, enfrentamos uma crise de gravidade mais intensa para o sistema do capital que segundo Mészáros (2002), é uma crise estrutural que se apresenta em quatro aspectos principais. O primeiro é o seu caráter universal, pois não se restringe à esfera comercial ou financeira, por exemplo, mas abrange todos os ramos do sistema. O segundo é por se tratar de uma crise global, envolvendo todos os países. O terceiro é que sua escala de tempo é permanente ao invés de cíclica e, por último, se desenrola de forma rastejante e lenta.

É por estas características essenciais desta crise que é possível observar que ela não é uma crise como as que ocorreram antes da década de 1970. Ela se apresenta de maneira diferente.

O referido autor afirma que:

[...] uma crise estrutural afeta a totalidade de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada. Diferentemente, uma crise não-estrutural afeta apenas algumas partes do complexo em questão, e assim, não importa o grau de severidade em relação às partes afetadas, não pode pôr em risco a sobrevivência contínua da estrutura global (MÉSZÁROS, 2002, p. 797).

A citação acima mostra que diferente de uma crise cíclica, a crise estrutural afeta a totalidade do sistema capitalista, sem a possibilidade de ser manejada, de ser resolvida rapidamente com a queima de estoques ou investindo na economia. Segundo SILVA et al. (2015, p. 11): “[...] a atual crise do capital tem se mostrado incapaz de lidar com suas tensões internas, criadas e recriadas como componentes inerentes ao metabolismo do capitalismo mundial maduro”. Ela põe em questão a própria ordem econômica e social que a criou. Isso não quer dizer que ela tenha o poder de acabar com o modo de produção capitalista (a não ser que ela ponha em causa a própria humanidade), pois ela é parte constitutiva deste, isso significa que, a partir da crise estrutural, é possível perceber de forma mais clara os limites deste sistema, e as suas contradições próprias, que são cada vez mais intensificadas com a referida crise.

Estas contradições, segundo Mészáros (2002, p. 800): “afetam toda a sociedade de um modo nunca antes experimentado”. Ora, isso acontece porque

o capital, diante do contexto de crise, precisa se autorreproduzir, porém esta autorreprodução encontra barreiras e obstáculos para a sua expansão e, por isso ele procura maneiras de se reinventar sem medir as consequências para a humanidade.

A classe trabalhadora é o principal alvo dos ataques do capital. A referida classe tem os serviços sociais mais elementares cortados (MÉSZÁROS, 2002). O mesmo autor afirma que é possível ver o grande absurdo que esse sistema é, quando se têm trilhões em dinheiro desperdiçados, e que poderiam alimentar milhões de excluídos e famintos mais de cinquenta vezes.

Nesse sentido, o número de famintos e excluídos aumenta nesse contexto de crise estrutural do capital e são estes o público-alvo da intervenção do assistente social. Como se dá essa intervenção, como ela surge, qual sua funcionalidade, são questões que trataremos no próximo tópico.

2. Breve exposição da atuação do Assistente Social no Brasil

Para entender como o profissional de Serviço Social atua e tem sua atuação precarizada no contexto de crise estrutural do capital, antes é necessário situar a raiz histórica dessa profissão e a necessidade do seu surgimento.

Desta forma, a profissão surge no cenário em que o capitalismo concorrencial sucede ao capitalismo dos monopólios, o Estado ultrapassa a sua função de garantidor da propriedade privada e passa a atuar para garantir tanto a propriedade privada como os superlucros do capital. Netto (2011, p. 25. Grifos do autor) afirma que: “[...] a intervenção estatal incide na organização e na dinâmica econômicas *desde dentro*, e de forma contínua e sistemática”. O Estado passa a assumir várias ações para garantir a expansão da economia capitalista.

Por ser a força de trabalho o motor que faz o sistema capitalista existir, então o Estado vai atuar de uma forma a contribuir para essa reprodução da força de trabalho e expansão do capital. Na ordem do capitalismo monopolista se colocam num patamar mais alto as contradições provenientes do sistema, aumentando as mazelas sociais, a pobreza e as desigualdades. É nesse momento que, segundo Netto (2011), cria-se a profissão de serviço social,

tendo sua atuação pautada no sentido de ajudar a reproduzir a força de trabalho ocupada e excedente. Assim, a atuação do Assistente Social se dá por meio de intervenções na divisão social e técnica do trabalho na sociedade burguesa madura e consolidada. A ordem social burguesa capitalista cria e funda a profissão de Serviço Social para atuar diante das expressões da questão social⁵ através das políticas sociais com um conjunto de procedimentos técnico-operativos⁶.

Segundo Trindade (2001):

Ao atuar na prestação dos serviços sociais, vinculados às diversas políticas sociais, o assistente social se insere na esfera das atividades que não estão vinculadas diretamente à produção material, já que participam de atividades que estão na esfera da regulação das relações sociais. Isto pode ser posto na medida em que podemos observar a participação dos profissionais de Serviço Social na criação de condições necessárias ao processo de reprodução social, através de ações que tanto incidem sobre as condições de vida dos trabalhadores (saúde, alimentação, educação, habitação, lazer, dentre outros), quanto produzem efeitos ideológicos que reforçam (ou não) a aceitação das condições de compra e venda da força de trabalho (TRINDADE, 2001, p. 1).

Assim, está claro que o profissional é chamado a intervir na realidade para contribuir para a reprodução da força de trabalho, mas que não é só essa reprodução que acontece. Segundo Iamamoto e Carvalho (1982), é preciso deixar claro que a reprodução da força de trabalho tem como objetivo a reprodução das relações sociais para manter a ordem vigente dominante.

De forma muito sintetizada, baseando-se por Iamamoto (2007), desde sua gênese aos dias atuais, a profissão continua tendo como característica a sua contribuição para a reprodução da força de trabalho dos trabalhadores empregados e desempregados. Porém, do seu surgimento aos dias atuais, a profissão passou por várias reformas e, hoje, encontra-se com novas leis que regem a profissão. Também passou por tentativas de ruptura com o conservadorismo presente na atuação profissional. Essa ruptura foi possível, apenas para alguns profissionais, que, no fim da ditadura militar que houve no

⁵ Para Pimentel (2012), a questão social tem uma base material determinada pelo modo de produção capitalista. Esse modo de produção ao mesmo tempo em que produz misérias, produz também riquezas suficientes que poderiam superar essas misérias, porém, as pressupõem. Neste sentido, a questão social é um produto histórico, fruto das ações humanas no interior da sociabilidade burguesa e se expressa através do pauperismo, da ampliação da miséria, pobreza, violência, desemprego, fome, entre outros.

⁶ Para uma abordagem mais aprofundada sobre o tema, ler o texto da professora Trindade (2001) cujo o título é: Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas sociais e projetos profissionais.

Brasil entre 1964 a 1985, puderam ter acesso aos escritos de Karl Marx e tiveram a possibilidade de entender as contradições presentes na relação entre capital/trabalho e romper com práticas conservadoras⁷. É aí que, desde então, é possível ao Serviço Social se colocar numa perspectiva da classe trabalhadora e lutar pela emancipação humana.

Segundo a autora referida acima, é a partir da década de 1980 que o Serviço Social toma um novo rumo:

[...]. Nesse rumo intelectual e político, é construída uma nova face para o Serviço Social, distinta da herança de suas origens, nos campos de produção teórica e do exercício profissional, ampliando suas bases de legitimidade para além das esferas patronais, no sentido de incorporar os interesses e as necessidades dos segmentos populacionais subalternizados alvo dos serviços prestados pelo assistente social. Tal percurso é socialmente tributário das lutas acumuladas pela conquista do Estado de Direito e do aprofundamento do processo de democratização da vida social – da sociedade e do Estado -, capitaneada pelo movimento das classes trabalhadoras sob a liderança do operariado industrial, que abarca a economia, a política e a cultura. Encontra-se aí o alicerce sociopolítico que tornou socialmente possível e viável o deslocamento das interpretações de cunho estrutural-funcionalista da cena principal do debate profissional, alargando espaços para vertentes histórico-críticas no universo do Serviço Social (IAMAMOTO, 2007, p. 212).

Neste sentido, para analisar a atuação do Assistente Social hoje, é preciso compreender como os mesmos se inserem nos espaços sócio-ocupacionais, levando em conta o movimento histórico da sociedade brasileira e mundial, considerando os processos sociopolíticos que condicionam o modo como o Serviço Social se insere na sociedade capitalista atual, tendo em vista os limites e possibilidades que se articulam em torno de distintos projetos em disputa no espaço institucional onde se implementam políticas públicas (RAICHELIS, 2010).

Iamamoto (2015) ressalta que o momento em que vivemos requer coragem, pois o presente é repleto de desafios. Segundo a mesma: “pensar o Serviço Social na contemporaneidade requer os olhos abertos para o mundo contemporâneo para decifrá-lo e participar de sua recriação” (IAMAMOTO, 2015, p. 19).

⁷Pode-se dizer que o Serviço Social, em seu processo de profissionalização e desenvolvimento sócio-histórico, aparece vinculado a duas grandes matrizes do racionalismo contemporâneo: o racionalismo “formal-abstrato”, que está na base da matriz positivista, e seus desdobramentos nas abordagens funcionalistas, estrutural-funcionalistas e sistêmicas, e o racionalismo “crítico-dialético”, expresso na teoria social de Marx (SIMIONATTO, 2000, p. 15).

Essa recriação deveria estar sempre pautada pelo código de ética profissional e pelo projeto ético-político. É preciso deixar claro que o projeto ético-político, tendo como base o projeto profissional do Serviço Social no Brasil, é, desde a década de 1990, um projeto hegemônico comprometido com a classe trabalhadora e, conseqüente, combate ao conservadorismo. Isso não implica que, no seu interior, não exista uma disputa entre projetos antagônicos e que a hegemonia de um projeto societário, sob a perspectiva da classe trabalhadora não seja desafiado e confrontado por uma ofensiva neoliberal, até porque o Serviço Social não se encontra isolado da dinâmica da própria realidade onde se insere (NETTO, 1999).

Segundo Braz e Teixeira (s/d), os elementos constitutivos desse projeto são postos em prática por via de componentes como a produção teórica, as instâncias político-organizativas da profissão e a dimensão jurídico-política. Todos eles inter-relacionados e inseridos na unidade material da realidade. Com efeito, o projeto societário inclui um conjunto de propostas viradas para a sociedade entendida na sua totalidade.

Contudo, existem limites materiais e institucionais que dificultam tanto a atuação profissional de acordo com o seu projeto profissional, como dificulta o avanço do projeto societário que busca a emancipação humana e que norteia grande parte dos assistentes sociais. A atual conjuntura favorece uma ofensiva que coloca em causa as lutas da classe trabalhadora, além do projeto ético-político profissional atual do Serviço Social brasileiro correr o risco de ser apenas um documento que fez parte da história do Serviço Social e voltem para a cena hegemônica práticas do passado. Este é um dos desafios que o serviço social enfrenta, principalmente em tempos de crise do capital e de retrocessos sociais, políticos e ideológicos. É o que veremos no tópico a seguir.

3. Os desafios para o profissional em serviço social no contexto de crise do capital

Segundo Simionatto (2000), é a partir dos anos 1970 que o capital, na tentativa de dar respostas à crise, provoca mudanças significativas na vida

social no geral. Inicia-se a propagação do fim das “utopias”⁸ que perduraram entre o séculos XIX e XX e também começam a pôr em causa a possibilidade de mudar o mundo em sua totalidade. Alegam o fim da modernidade e que as teorias dessa época não dão conta de explicar o mundo contemporâneo.

Dessa forma, intensificam-se as ideias de que a era moderna não pôde cumprir suas promessas, o socialismo não foi possível⁹, a humanidade não se elevou a um nível de vida superior e as promessas de verdadeira igualdade e liberdade não se realizaram. Por conta disso, começam a ganhar centralidade as teorias de que há uma pós-modernidade¹⁰. Ao invés da razão crítica dialética, agora a vez é do irracionalismo e do relativismo (SIMIONATTO, 2000).

Estas ideias pós-modernas, neoconservadoras começam a ganhar espaço aqui no Brasil a partir da década de 1990. Porém, apesar disso, é na década de 90 que o Serviço Social tem o seu código de ética (1993), as suas diretrizes curriculares (1996) e a construção do seu projeto-ético-político baseados na razão crítico-dialética. Posicionam-se a favor da modernidade voltada à luta pela emancipação humana e defendem os ideais de liberdade, igualdade e de justiça social (SIMIONATTO, 2000).

No entanto, ainda segundo Simionatto (2000), os desdobramentos ocorridos na sociedade brasileira, sob a ofensiva neoliberal¹¹, desde a década de 1990 aos dias atuais trouxeram e trazem rebates negativos para uma atuação crítica do assistente social. É nesse momento que os pressupostos do projeto profissional do serviço social são colocados em xeque, e tanto há um questionamento da teoria marxista e um fortalecimento do pensamento conservador, como o exercício profissional tem sido precarizado, com retiradas

⁸Para Simionatto(2000), As duas grandes teorias da modernidade foram o positivismo de August Comte e a teoria social de Karl Marx. A primeira surge como um sustentáculo da ordem burguesa e via a sociedade como um organismo natural que não poderia ser mudado. Já a segunda, colocava em xeque a ordem burguesa. A teoria social de Marx fala da possibilidade de transformar radicalmente o mundo através de uma revolução social.

⁹ Segundo Tonet(2012), o socialismo não foi possível por causa de algumas condições históricas, econômicas e sociais que não possibilitaram que o processo revolucionário na tentativa de construção ao comunismo fosse a diante, à exemplo de um alto desenvolvimento das forças produtivas, a revolução teria que acontecer no âmbito mundial a instauração do trabalho associado. Não havia condições de realizar o processo revolucionário para se chegar ao comunismo por causa da ausência desses três fatores fundamentais.

¹⁰Simionatto(2000), deixa claro que a pós-modernidade não é assunto recente, mas que se intensifica a partir da década de 1970.

¹¹ Segundo Netto e Braz(2006), o neoliberalismo é uma das estratégias que o sistema do capital em crise utiliza para tentar reverter os efeitos da crise.

das condições de trabalho do assistente social e com “novas” demandas, a que muitas vezes o profissional não tem condições de dar respostas satisfatórias, no sentido de contribuir para o melhoramento significativo da vida do usuário.

O assistente social tem sido inserido no trabalho através de contratos flexibilizados, terceirizados e por tempo determinado, além de, na maioria das vezes, receber baixos salários. Nessas condições de desvalorização da profissão, o sistema requer que o profissional resolva de forma imediata as problemáticas sociais resultantes da relação capital/trabalho, com intervenções cada vez mais multifacetadas, voltadas à eficiência técnica (SIMIONATTO, 2000).

Raichelis (2010), afirma que este sistema dificulta os caminhos de luta para o assistente social que atua nos mais diversos espaços ocupacionais e nas mais diversas atividades. O profissional em Serviço Social se depara com um aumento do seu trabalho devido às exigências que o sistema demanda para a profissão. Esse aumento do trabalho traz rebatimentos negativos para a profissão como a intensificação da precarização das condições em que o seu trabalho se realiza, subordinando-o a processos de alienação e restrição de sua autonomia técnica.

Iamamoto aborda a problemática da atuação profissional hoje e relata os embates que o profissional enfrenta no seu dia-a-dia. Nas palavras da mesma:

A reestruturação produtiva, a radicalização do projeto (neo)liberal e a reestruturação do Estado no contexto do capital transnacionalizado, instauradas na contratendência de sua crise, impulsionam a generalização das relações mercantis às mais recônditas esferas e dimensões da vida social. Afetam transversalmente a organização societária, a divisão do trabalho social, os direitos sociais e a constituição dos sujeitos; redimensionam funções e atribuições profissionais, como as relações sociais e os específicos processos de trabalho por meio dos quais se realizam a produção e distribuição de bens e serviços (IAMAMOTO, 2007, p.255).

O momento de crise estrutural traz de volta à cena mundial visões e intervenções conservadoras, positivistas e fragmentadas para a análise da sociedade. O aumento do conservadorismo e da ideologia dominante que naturaliza as desigualdades sociais e culpabiliza o sujeito são algumas das armas do sistema. Segundo Iamamoto (2015), este tipo de intervenção é requerido porque a crise do capital agrava as desigualdades sociais e há um aumento das várias expressões da questão social, “base sócio-histórica da

requisição social da profissão” (Iamamoto, 2015, p. 18) e, por isso, o assistente social é mais requisitado. Porém, essa requisição se dá através de políticas sociais seletivas, com diminuição dos recursos, dos salários, com cortes de direitos sociais materializados em serviços sociais públicos.

A autora referida acima também ressalta que, no momento atual:

[...] reduz-se a demanda de trabalho, amplia-se a população sobrando para as necessidades médias do próprio capital, fazendo crescer a exclusão social, econômica, política, cultural de homens, jovens, crianças, mulheres das classes subalternas, hoje alvo da violência institucionalizada. Exclusão social esta que se torna, contraditoriamente, o produto do desenvolvimento do trabalho coletivo. Em outros termos, a pauperização e a exclusão são a outra face do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, do desemprego, da ciência e da tecnologia, dos meios de comunicação, da produção e do mercado globalizado (IAMAMOTO, 2015, p. 18).

Assim, o Estado, principalmente quando tenta reverter os efeitos da crise tentando ampliar a acumulação de capital, corta gastos com as políticas públicas e com os direitos sociais, revelando o que Iamamoto (2015) critica quando a mesma diz que acumulação de capital não combina com igualdade.

Por isso, Iamamoto (2015), afirma que, para os dias atuais, é preciso romper com visões endógenas, focalistas ou visões minimalistas que não fazem uma análise da realidade em sua totalidade. Além disso, o assistente social precisa desenvolver a capacidade de entender o real para pensar ações profissionais e não se delimitar num profissional apenas executor de políticas sociais. Para isso, é preciso ir além da cotidianidade, além da burocracia, dos determinismos e das rotinas institucionais para não cair no messianismo ou fatalismo, sendo necessário agir de forma propositiva, optando por alternativas criativas na tentativa de superar os limites colocados à prática.

Dessa forma, segundo a autora referida acima, alguns desafios serão designados para a profissão e será preciso muito estudo, qualificação e consciência de classe para não permitir que a cotidianidade, a ideologia neoliberal, o conservadorismo e outras categorias capitalistas influenciem na prática profissional.

A profissão tem a possibilidade de optar por um projeto social-político-crítico que dá um outro norte à categoria profissional que se laiciza e se distancia de uma prática conservadora. O Código de Ética do Assistente Social coloca, como um dos princípios fundamentais da profissão, que o assistente

social tenha a possibilidade de optar a favor de uma projeção de sociedade em que se tenham erradicado todos os processos de exploração, opressão e alienação. Os Assistentes Sociais podem escolher lutar pela emancipação humana e superação dessa sociedade de classes (BRASIL, 2012).

Neste sentido, é um enorme desafio para o Assistente Social se colocar a favor da perspectiva da classe trabalhadora, pois a cotidianidade, o dia-a-dia, dificultam essa atuação mais crítica, porém não impossível. Segundo Braz e Teixeira (s/d, p.12):

Mesmo diante das adversidades (e até mesmo contra elas!) é que devemos reafirmar nosso projeto ético-político, pois ele fornece os insumos para enfrentar as dificuldades profissionais a partir dos compromissos coletivamente construídos pela categoria. Parece óbvio que a realidade atual não nos é favorável, e para isso precisamos enfrentá-la com competência profissional e conscientes do significado político-profissional de nossa atuação.

De acordo com o exposto acima, é preciso enfrentar as adversidades que surgem na atuação cotidiana e ir além do superficial e das análises imediatas. A profissão carrega em sua história a contribuição para a reprodução da força de trabalho ocupada e excedente. Uns veem essa contribuição como reprodução da ordem vigente, outros veem como uma possibilidade de lutar contra as mazelas sociais e conquistar direitos para a classe trabalhadora, fazendo frente contra o capital. É certo que as políticas e direitos sociais que a profissão garante à população se configuram como lutas e conquistas ganhas contra o capital, mas, também, intitulam-se como reprodutores da ordem social. Além disso, o Estado e as empresas que empregam os assistentes sociais são subordinados, por sua natureza, ao capitalismo mundial.

Assim, o desafio para o Assistente Social de se colocar numa perspectiva da classe trabalhadora é maior ainda, principalmente, diante do atual contexto de crise que precariza as condições de seu trabalho e do trabalho dos que são usuários das políticas sociais em que atua. Mas sabemos que as possibilidades são reais e é a essas possíveis conquistas que a profissão deve se agarrar, tendo como norte o Código de ética, o projeto ético-político e estudos que norteiam a atuação profissional através de um viés crítico.

Segundo Silva (2015), o projeto profissional do assistente social é um projeto que vai além do campo restrito das profissões. Ele é guiado por um

projeto social mais amplo que é a luta pela superação da exploração do homem pelo homem. Para isso acontecer e colocar em prática a liberdade, a equidade, a justiça social e a emancipação social que o projeto profissional defende, é preciso superar esta sociedade e somente numa sociedade para além do capital é que isso pode se concretizar. Mas isso não significa que a luta dentro da ordem do sistema capitalista não seja importante. É preciso criar resistências importantes e acumular forças para lutar contra o capital desde sempre.

Mota (2012) aborda esta problemática atual de forma confiante e positiva; nas palavras da mesma:

Se acreditamos que a história não acabou e que a luta por uma outra sociedade é possível, também não acreditamos que o nosso projeto profissional esteja em crise. Acreditamos, sim, que é um projeto tensionado pela ofensividade dos mecanismos capitalistas de superação da crise. Todavia, compreendo quem determinadas conjunturas, os elementos que compõem o projeto profissional podem ter pesos e estruturas diferenciadas; e, neste momento em que as resistências são tênues, porém reais, a prática político-organizativa é essencial, posto que deve estabelecer o elo entre formação profissional e a formação política da categoria profissional (MOTA, 2012, p. 44).

Portanto, sejamos como Mota, que mesmo tendo consciência que estamos em tempos de resistência tênue, acredita na possibilidade de fortalecimento do nosso projeto profissional e da construção de uma sociedade humanamente emancipada. Ou sejamos como Silva (2015), que acredita que o serviço social e os assistentes sociais podem contribuir com a emancipação humana, ainda que isto seja uma grandiosa construção social e coletiva que se situa além dos limites das profissões.

Conclusão

O efeito da crise estrutural para a atuação do Assistente Social traz consequências negativas que dificultam a consolidação do que está posto no Código de Ética Profissional. Por isso, tem de haver uma maior organização da categoria para fazer frente às investidas do capital. Mas é preciso ir mais além. O corpo profissional do Serviço Social não se deve fechar em si mesmo, mas procurar alianças dentro da classe trabalhadora no sentido de avançar um projeto revolucionário.

Esse projeto deverá se ancorar na teoria social crítica que compreende

o movimento histórico e dinâmico do capitalismo, animado pela contradição fundante entre capital e trabalho. Que integre o fenômeno e a essência numa dialética, entendida como processo de penetração na realidade, mas também como método transformador desta. Através da luta, há a possibilidade de um mundo melhor, em que todos possam despertar suas potencialidades e tenham acesso à riqueza produzida socialmente. Lutemos por uma sociedade humanamente emancipada.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012].

BRAZ, Marcelo; TEXEIRA, Joaquina Barata. O projeto ético político do Serviço Social. s/d. disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/teixeira-joaquina-barata_-braz-marcelo-201608060407431902860.pdf. Acesso em 12 de novembro de 2018.

IAMAMOTO, Marilda. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional/ Marilda Villela Iamamoto. – 26. Ed. – São Paulo. Cortez. 2015.

_____ ; CARVALHO, Raul. *Relações sociais e Serviço Social*

no Brasil: esboço de uma interpretação histórico metodológica. São Paulo: Cortez, 1982.

_____. Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social/ Marilda Villela Iamamoto. – São Paulo : Cortez, 2007.

MARX, Karl. O Capital (Crítica da economia política), Livro 1: O processo de reprodução do capital. V 1, 3 ed. 1975.

MOTA, Ana Elizabete. Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade/ Ana Elizabete Mota (org.). – São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, José Paulo. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999. Disponível em [http://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto_etico_politico-j-p-netto .pdf](http://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto_etico_politico-j-p-netto.pdf). Acesso: 12 de novembro de 2018.

_____. Capitalismo monopolista e serviço social/ José Paulo Netto- 8. Ed. – São Paulo, Cortez, 2011.

_____; BRAZ, Marcelo. Economia política: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006. – (Biblioteca básica de serviços social; v.1).

PANIAGO, Maria Cristina Soares. A Crise Estrutural do Capital, os Trabalhadores e o Serviço Social. Crise contemporânea e serviço social/ Gilmaisa M. Costa, Rosa Prêdes, Reivan Souza (orgs.). – Maceió : EDUFAL, 2010. 409 p.

SILVA, José Fernandes Siqueira da; SANT'ANA, Raquel Santos; SILVA, Ademir Alves da. Crise do capital, trabalho e refrações da “questão social”. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 15, n. 30, jul./dez. 2015.

SIMIONATTO, Ivete. As expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teóricopolítica. *Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais*. 2000

_____; Crise do capital, neoconservadorismo e Serviço Social no Brasil: apontamentos para o debate. *Em pauta*, Rio de Janeiro _ 1o Semestre de 2015- n. 35, v. 13, p. 99 – 125.

TONET, Ivo. Sobre o socialismo/ Ivo Tonet. – São Paulo : Instituto Lukács, 2012. – 2. Ed. 46 p.

TRINDADE, Rosa Lúcia Prêdes. Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas sociais e projetos profissionais. *Revista Temporalis* nº04, Ano II, julho a dezembro de 2001.

RAICHELIS, Raquel. Serv. Soc. Soc. no.104, São Paulo Oct./Dec. 2010.

Disponível em;

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010166282010000400010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 11 de novembro de 2018.